



Contrato

AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) INSTALADA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.	43/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.	05/2026
EDITAL Nº.	05/2026
CONTRATO Nº.	44/2026
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO	31/03/2026
NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90008

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A EMPRESA VÊNUS LIFT TECH – ELEVADORES LTDA REFERENTE À AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) INSTALADA.

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa Vênus Lift Tech – Elevadores Ltda, estabelecida na Avenida Ordem e Progresso, nº 157, Bairro Várzea da Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01141-030, inscrita no CNPJ nº. 58.495.580/0001-15, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Gabriel Henrique da Silva, portador da Cédula de Identidade nº. 52833010x, e CPF nº. 413.260.358-00, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. 43/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 05/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

- 1.1 Aquisição de uma **PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada**. Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.



1.2 Do quantitativo: Conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	<p>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada. Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e</p>	01 peça



	componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.	
--	---	--

1.3 Percentual estimado para 12 (doze) meses, com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

Divisão de Valores por Ficha		
UAI	Patrimônio:	100%

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

- 2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2026, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.
- 2.2 **Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.
- 2.3 **Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.
- 2.4 **Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.
- 2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.



- 3.1 As partes submetem-se às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. 43/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº. 05/2026, EDITAL nº 05/2026 e à Lei Complementar Nº 123/2006.
- 3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.
- 3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.
- 3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO/ DATA DA ENTREGA/ MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/DA VISITA TÉCNICA

- I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.
 - a) O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega e a instalação deverão ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). O local para entrega e instalação será a sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) de Extrema, no município de Extrema/MG.
 - b) Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
 - c) O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.
 - d) Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.



- e) O objeto deverá ser executado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- f) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- g) Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- h) Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
- i) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- j) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- k) Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
- l) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

II. CONDIÇÕES GERAIS

- a) O objeto compreende o fornecimento e a instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas.
- b) A plataforma deverá ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos.
- c) O local de instalação é a nova sede da UAI Câmara Extrema, situada na Rua Antônio Onisto, nº 41, no município de Extrema.
- d) O equipamento deverá ser novo, sem uso, em linha de produção.



III. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO

- a) A plataforma deverá ser do tipo elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede.
- b) O equipamento deverá ser automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.
- c) Deverá ser destinado para aplicação em ambiente interno.
- d) A estrutura deverá ser em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade.
- e) A cor predominante deverá ser branco, preto ou cinza.
- f) A capacidade mínima de carga deverá ser de 225 kg.
- g) A velocidade de deslocamento deverá estar entre 0,06 m/s e 0,15 m/s.
- h) A operação deverá ser suave, estável e segura durante todo o percurso.

IV. SISTEMA DE OPERAÇÃO E CONTROLE

- a) O sistema deverá possuir controle a bordo integrado à plataforma.
- b) Deverá possuir controle remoto para acionamento à distância.
- c) O equipamento deverá conter painel de botões de operação.
- d) Deverá possuir display integrado para informações operacionais.
- e) Deverá possuir sinalização luminosa em LED.
- f) Deverá possuir sinalização sonora.

V. REQUISITOS DE SEGURANÇA

- a) O equipamento deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis.
- b) Deverá possuir dispositivos que impeçam operação inadequada.
- c) Deverá possuir alarme sonoro durante o deslocamento.
- d) Deverá possuir sistema de parada automática em caso de obstáculo.
- e) Deverá possuir modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio.
- f) Deverá possuir sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque.

VI. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA

- a) A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V.
- b) O sistema deverá possuir baterias recarregáveis.
- c) O equipamento deverá permitir funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.

VII. INSTALAÇÃO

- a) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas: térreo, 1º andar e 2º andar.
- b) O percurso total aproximado será de 16,60 metros.
- c) O percurso será distribuído da seguinte forma:
 - c.1) Patamar térreo: 2,50 m;
 - c.2) Trecho do térreo ao 1º andar: 7,50 m;



- c.3) Patamar do 1º andar: 1,00 m;
- c.4) Trecho do 1º ao 2º andar: 6,80 m;
- c.5) Patamar do 2º andar: 1,30 m.
- d) As dimensões do local incluem:
 - d.1) Largura do corredor: 1,17 m;
 - d.2) Pé-direito:
 - Térreo: 4,00 m;
 - 1º andar: 3,53 m;
 - 2º andar: 3,41 m.
- e) A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema.
- f) A contratada deverá, obrigatoriamente, conferir todas as medidas in loco antes da fabricação.
- g) A contratada deverá incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação.

VIII. PRAZO DE EXECUÇÃO

- a) O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

IX. DA VISITA TÉCNICA E DA RESPONSABILIDADE

A Contratada declara que, previamente à assinatura do contrato, avaliou de forma suficiente as condições necessárias à execução do objeto, seja por meio de realização de visita técnica, seja com base nas informações constantes do edital e de seus anexos.

- a. Na hipótese de ter realizado visita técnica, a Contratada reconhece que tomou pleno conhecimento das condições locais, características do ambiente e demais fatores que possam influenciar na execução contratual, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela adequada execução do objeto. Na hipótese de não ter realizado visita técnica, a Contratada declara-se igualmente ciente e plenamente informada sobre as condições de execução, assumindo integral responsabilidade por sua proposta, não podendo alegar, em qualquer tempo, desconhecimento de condições locais ou insuficiência de informações.
- b. Em qualquer das hipóteses, a realização ou não da visita técnica não poderá ser invocada como justificativa para:
 - I. descumprimento de obrigações contratuais;
 - II. solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legais;
 - III. alteração de prazos por motivos previsíveis;
 - IV. revisão contratual fundada em alegação de desconhecimento das condições de execução.



- c. A responsabilidade pela correta avaliação dos serviços, dos meios necessários, dos custos envolvidos e das condições de execução é exclusiva da Contratada.

X. CONDIÇÕES FINAIS

- a) O equipamento deverá atender integralmente às condições descritas no objeto.
b) A entrega deverá ocorrer com o sistema em pleno funcionamento.
c) Todos os componentes necessários ao funcionamento deverão estar incluídos no fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.

- 5.1 O valor unitário e a quantidade para o fornecimento do presente CONTRATO são os estabelecidos na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	GARANTIA (MESES)	QUANT.	VALOR UNIT.
01	Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada. Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização	VÊNUS FLEX INCLINED	12 meses	01 peça	R\$ 172.800,00



<p>sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.</p>				
---	--	--	--	--

5.2 O valor global estimado do presente contrato é de R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil, oitocentos reais).



6. CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).

Recebimento

- 6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e realizado nas condições estabelecidas. A pontualidade constitui condição essencial do ajuste: entregas fora do horário fixado não serão toleradas e poderão ser recusadas total ou parcialmente, sem ônus para a CONTRATANTE, facultada a aplicação das penalidades cabíveis. O risco e a logística de transporte são de responsabilidade integral da CONTRATADA.
- 6.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.
- 6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

- 6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.
- 6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) a data da emissão;
 - b) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - c) o período respectivo de execução do contrato;
 - d) o valor a pagar; e
 - e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



- 6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

- 6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

- 6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.
- 6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.
- 6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.

- 7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.



8. CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

- 8.1 **Vigência:** O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. Vigência inicial contada da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento. A garantia ofertada na proposta não se extingue com esse contrato.
- 8.2 **Renovação:** O contrato não será renovado.
- 8.3 **Do reajustamento:** Não se aplica.

9. CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
 - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



- 9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- 9.6 Multa:
- 9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
- 9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
- 9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

- 10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação: 4.4.90.52.99

Ficha: 11

Resumo: OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos a seguir elencados, de modo a assegurar o atendimento ao interesse público, a eficiência da aquisição e a plena adequação dos bens às necessidades da Câmara Municipal de Extrema:

- O equipamento deverá ser do tipo plataforma elevatória inclinada para escada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, inclusive usuários em cadeira de rodas, para uso em ambiente interno.
- A plataforma deverá ser fabricada sob medida, conforme as dimensões e características do local de instalação, sendo obrigatória a realização de vistoria técnica prévia para conferência das medidas in loco antes da fabricação.
- O equipamento deverá possuir estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com acabamento adequado ao ambiente interno e cor predominante branco, preto ou cinza.
- Deverá possuir capacidade mínima de carga de 225 kg, garantindo o transporte seguro de usuários e seus equipamentos de apoio.
- A velocidade de deslocamento deverá estar compreendida entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, assegurando operação suave, estável e segura.



- f) O sistema deverá ser automatizado, com funcionamento por meio de trilhos fixados à escada ou à parede, e possuir mecanismo dobrável que permita a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.
- g) O sistema de operação deverá contemplar controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, com painel de botões de fácil utilização, display informativo, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora.
- h) O equipamento deverá atender integralmente às normas técnicas de acessibilidade e segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade em edificações e equipamentos de transporte vertical.
- i) Deverá possuir dispositivos de segurança, incluindo, no mínimo: braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, sistema de parada automática em caso de obstáculo, alarme sonoro durante o deslocamento, dispositivos que impeçam operação inadequada e sistema de travamento seguro durante o embarque e desembarque.
- j) Deverá possuir sistema de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha elétrica ou bloqueio do sistema.
- k) A alimentação elétrica deverá ser realizada por meio de carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.
- l) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, incluindo patamares e trechos intermediários conforme as características da edificação.
- m) A contratada deverá ser responsável pelo fornecimento completo do equipamento, incluindo todos os componentes, trilhos, fixações, acessórios e demais itens necessários à instalação e pleno funcionamento do sistema.
- n) A instalação deverá ser realizada por equipe técnica qualificada, garantindo a correta fixação, alinhamento e funcionamento do equipamento, bem como a segurança dos usuários.
- o) A contratada deverá realizar testes operacionais, ajustes e entrega técnica do equipamento em pleno funcionamento, incluindo orientação básica aos usuários e responsáveis quanto à operação segura.
- p) O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, não sendo admitidos equipamentos reconicionados.
- q) O prazo máximo para fornecimento e instalação deverá ser de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- r) A contratada deverá prestar garantia mínima do equipamento, conforme práticas de mercado, assegurando suporte técnico e manutenção corretiva durante o período estabelecido.

12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.

- 12.1 A Matriz de Risco é anexa ao processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.
- 12.2 As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.



- 12.3 Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.
- 12.4 Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.
- 12.5 Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subsequentes.
- 12.6 Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento. Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 12.7 Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.
- 12.8 Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.
- 12.9 Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.
- 12.10 Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.
- 12.11 Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.
- 12.12 No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.
- 13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.**
13. Na forma estabelecida pelo art. 130 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ocorrer alteração contratual, devidamente justificada e comprovada, para restabelecer a relação que as



partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até quinze dias úteis.

14. CLÁUSULA CATORZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

14.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

14.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, o prazo mínimo será de doze meses para todos os efeitos, da data de emissão da nota fiscal.

15. CLÁUSULA QUINZE – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

15.1 O prazo mínimo de garantia independentemente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO será de doze meses contados da data de emissão da nota fiscal.

15.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.

15.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

15.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

15.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

15.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.

16.1 São obrigações do CONTRATANTE:



- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- f) Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até quinze dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.
- j) Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- k) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.2 São obrigações do CONTRATADO:

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para a entrega, qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando, obrigatoriamente, a devida comprovação documental do motivo alegado;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo



essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- g) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- k) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- p) O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- q) Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
- r) A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- s) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - II. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;



- III. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- IV. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- V. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de negativas.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.

17.1 Não se aplica.

18. CLÁUSULA DEZOITO – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.

18.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.

19. CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

20. CLÁUSULA VINTE – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 20.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 20.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- 20.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 20.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 20.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 20.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 20.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
 - 20.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 20.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 20.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 20.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com



vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 20.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 20.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 20.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 20.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 20.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 20.12 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.
- 20.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
 - Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
 - Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;



- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

21. CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

- 21.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 21.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.
 - 21.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
 - a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 21.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 21.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 21.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.
 - 21.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 21.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
 - 21.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 21.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 21.4.3 Indenizações e multas.

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 22.1 **Vigência:** A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026; contados da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.
- 22.2 **Renovação:** Não haverá renovação contratual.



23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

23.1 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO PREPOSTO.

24.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. Gabriel Henrique da Silva.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DAS ALTERAÇÕES.

- 25.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 25.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 25.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA PUBLICAÇÃO.

26.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

27. CLÁUSULA VINTE E SETE – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

- 27.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:
- Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.



28. CLÁUSULA VINTE E OITO – DO FORO.

28.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Extrema (MG), 01 de junho de 2026.

Signatários:

Rafael Silva de Souza Lima
Presidente
Câmara Municipal de Extrema
CONTRATANTE

Gabriel Henrique da Silva
Representante Legal
Vênus Lift Tech – Elevadores Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Assinatura Digital

02. Assinatura Digital